

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-01-30

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Alvares, M. (2022). Jovens . In Nuno Crespo, Nádia Simões (Ed.), Mercado de trabalho em Portugal: do teletrabalho ao salário mínimo. Coimbra: Actual Editora.

Further information on publisher's website:

<https://www.almedina.net/mercado-de-trabalho-em-portugal-do-teletrabalho-ao-salario-minimo-1648632954.html>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Alvares, M. (2022). Jovens . In Nuno Crespo, Nádia Simões (Ed.), Mercado de trabalho em Portugal: do teletrabalho ao salário mínimo. Coimbra: Actual Editora.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

NOTA: Procurei colocar a informação numérica em tabelas e não gráficos, de forma a facilitar a sua transformação para o modelo que seja escolhido.

Parte III: Desafios futuros

6. Jovens

Falar de futuro e refletir acerca dos seus desafios é, em grande medida, falar de jovens e focar a análise na forma como as dinâmicas presentes e previsíveis afetam este conjunto da população. Os jovens entre os 15 e os 29 anos constituíam em 2020, de acordo com o Eurostat, 16% da população portuguesa. É sobre este sexto da população – mais idade, menos idade - que recaem as esperanças e preocupações com o futuro.

“Juventude” é, contudo, um conceito que tem tanto de relevante, como de indeterminado. O termo “juventude” associa uma dada faixa etária a uma condição – juvenil – que implica a sua ultrapassagem a partir de processos de conclusão (idealmente apenas de uma etapa) dos estudos, de autonomização relativamente à família de origem, de passagem para o mundo do trabalho, de vivência da conjugalidade e da parentalidade e que são, necessariamente, contextuais e contingentes. Mas com todas as diferenças entre países e contextos, é clara uma tendência global para o adiamento etário dos principais marcadores de entrada na idade adulta e para a extensão a escalões etários mais avançados de modos de vida associados à condição juvenil. É também reconhecido que esta tendência se agrava em situações de crise e compressão do emprego (Vieira et al., 2015). Em Portugal, mesmo sendo esta a geração mais qualificada de sempre - em 2020, de acordo com dados do Eurostat, 41,9% dos portugueses entre os 25 e os 34 anos terminaram o ensino universitário, um pouco acima dos 41% da média da EU - persistem dificuldades em obter o retorno desejado pelo investimento realizado e, em 2019, mais de 75% dos jovens entre os 25 e os 29 anos ainda se encontrava a viver com os seus pais. Em média os jovens Portugueses saem da casa dos pais aos 29 anos, mais tarde que na média dos países europeus, que se situa nos 26 anos.

Percentagem de jovens adultos (20-29) que vivem com os pais

| Idade | Portugal | EU |
|-------|----------|------|
| 20-24 | 89,7 | 77,2 |
| 25-29 | 60,4 | 42,3 |

Fonte: Eurostat

A dificuldade em gerar rendimento suficiente para arrendar ou adquirir casa própria é frequentemente apontada como razão para a extensão do tempo de coabitação com a família de origem. De facto, entre 2010 e 2020, os preços das casas subiram 50% e das rendas mais de 20%, enquanto os salários médios cresceram apenas 11,8%, tornando

complexo o exercício de gerar rendimento suficiente para sustentar os planos de emancipação.

À medida que estas e outras dinâmicas contribuem para a expansão da categoria etária à qual corresponde a juventude - abrangendo já, em alguns apuramentos estatísticos as idades entre os 15 e os 34 anos e distinguindo os jovens até aos 20 e, a partir dessa idade, os jovens adultos - acresce a multiplicidade de condições, processos e estratégias de transição para a idade adulta, evidente na diversidade e sobreposição de condições perante o trabalho e a escola: jovens ativos (empregados e desempregados), trabalhadores-estudantes, estudantes inativos, e jovens que não se encontram nem a trabalhar, nem a estudar (nem-nem). De entre os jovens, os que se encontram em processo de transição (jovens a terminar uma etapa dos seus estudos, em processo de decisão acerca do rumo – trabalho ou estudo - a seguir, jovens que terminaram estudos e desejam entrar no mercado de trabalho e jovens na sua primeira experiência profissional – frequentemente precária e temporária - constituem-se como subgrupo que enfrenta o conjunto de desafios que se exploram com incertezas acrescidas. A análise que se propõe nas próximas páginas, a exploração dos desafios, oportunidades e ameaças que estes enfrentam, desagrega em quatro situações face ao trabalho e à educação: jovens ativos (empregados e desempregados), trabalhadores-estudantes, estudantes inativos e jovens nem em emprego, nem em educação ou formação (NEEF)¹.

Jovens ativos

Os jovens são uma categoria da população que frequentemente se encontra numa posição particularmente vulnerável face ao emprego e, por isso, em períodos de redução do emprego, são os ativos mais atingidos. Assim foi em 2013 quando a taxa de desemprego dos jovens até aos 25 anos disparou dos 22,8% de 2010 para 38,1%, enquanto a dos adultos subia de 10,7 para 15,5%. Também assim se apresenta o cenário atual, quando a taxa de desemprego jovem sobe de 18,3% registados em 2019 para 22,6% em 2020. Comparando com a taxa de desemprego global, a taxa de desemprego jovem em Portugal em 2020 situava-se 15,7 p.p. acima da média e o valor mais elevado encontra-se no segmento etário dos 15-24 anos, em indivíduos com o ensino básico (26,6%), seguido (24,7%) dos indivíduos com o ensino superior (Tavares, Cândido & Carmo, 2021).

Evolução da taxa de desemprego por grupo etário

| Anos | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jovens (15-24) | 22,8 | 30,3 | 37,9 | 38,1 | 34,8 | 32 | 28 | 23,9 | 20,3 | 18,3 | 22,6 |
| Adultos (25-74) | 10 | 11,3 | 13,9 | 14,7 | 12,5 | 11,1 | 9,9 | 7,8 | 6,1 | 5,6 | 5,8 |

Fonte: Eurostat

¹ Acrónimo em inglês de “Neither in Employment, Education or Training”.

Para os jovens que pretendem iniciar a sua atividade profissional, as crises económicas significam o adiamento da entrada no mercado de trabalho e do início das suas carreiras profissionais e contributivas, bem como dos seus projetos de autonomização habitacional, de conjugalidade e parentalidade. Acresce que estes episódios de inatividade, de maior ou menor duração, quando ocorrem em fases precoces da vida e no início das carreiras profissionais, tendem a deixar marcas mais ou menos duradouras – o designado “*scarring*” – com reflexos nas disposições face ao trabalho, nas suas expectativas e motivações e nos rendimentos futuros (Fondeville, 2014; Rosholm & Svarer, 2014). Os trabalhadores mais jovens são também os que mais claramente são confrontados com debilidades estruturais do mercado de trabalho nacional: a precaridade e os baixos salários.

Ainda constituindo a forma jurídica dominante de emprego em Portugal, os contratos sem termo têm vindo a perder a sua relevância e, em 2017, somente focando novos contratos, a forma dominante tornou-se o contrato não permanente. De todos os novos contratos, os contratos permanentes representavam cerca de um terço dos contratos (33,1%), os contratos a prazo, pouco mais de outro terço (36,4%) e as outras formas precárias de contrato (31,5%) um pouco abaixo desse peso (Almeida, 2017). Em 2019, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com menos de 25 anos pertencentes aos quadros das empresas situava-se abaixo dos 4%, mas, de todos os contratos a prazo e de prestação de serviços, em 2020, mais de metade dos contratos temporários eram de jovens até aos 25 anos.

Trabalho temporário por classe etária em 2020

| Classes de idade | 2020 |
|------------------|------|
| 15-24 | 55,7 |
| 25-54 | 15,9 |
| 55-64 | 7,6 |

Fonte: Eurostat

Independentemente do tipo de contrato, em Portugal, os recentes anos de crescimento económico permitiram que cerca de metade dos jovens estivesse envolvido numa atividade produtiva, associada ou não à condição de estudante. E com a expansão do setor da hotelaria e restauração a partir de 2014, foi neste setor que uma boa parte dos jovens encontraram ocupação. Assim, de acordo com os dados do Eurostat, se apenas 6% da população empregada tem menos de 25 anos, no sector do turismo e restauração os jovens representam cerca de 14% da força de trabalho e no comércio são 10 por cento. Exatamente os setores em que o peso do trabalho precário e sazonal é mais significativo.

A confluência de uma maior proeminência dos contratos temporários e maior presença de jovens nos setores da hotelaria, comércio e restauração gera maior exposição dos jovens aos efeitos das crises e, em particular, da mais recente provocada pandemia Covid-19 e que atingiu de forma desproporcional estes setores. De acordo com um estudo recente, elaborado pela consultora Deloitte – o Deloitte Millennial Survey – com base numa amostra, entre abril

e maio de 2020, aproximadamente um quinto dos jovens perderam o emprego ou foram colocados em regime de layoff, com um terço reportando perda de rendimento (Deloitte, 2021).

É também verdade que o trabalho de vínculo mais flexível pode ser mais apreciado pelos jovens, ainda em fase de experimentação e escolha entre possíveis carreiras, ainda associando, por vezes, a sua atividade laboral aos estudos. Esta situação parece ocorrer em alguns contextos, embora não seja tão frequente em Portugal: cerca de 65,8% dos jovens com contratos temporários e trabalho a tempo parcial apresentaram como motivo a incapacidade em encontrar um trabalho permanente e, dos que trabalham a part-time, 44,4% não o fazem por escolha (Tavares, Cândido & Carmo, 2021). Também existe alguma evidência que os trabalhos que realizam não os satisfazem: entre os países com rendimento mais elevado incluídos na análise de 2020 da Organização Internacional do Trabalho sobre o futuro do emprego (ILO, 2020)² apenas o Chipre (18%) tem uma percentagem maior que a de Portugal (11%) de jovens empregados, mas insatisfeitos com o seu trabalho. Se, desde a crise de 2011, é assinalável a redução do desemprego jovem, parece ter ficado muito por fazer no que se refere à qualidade desse emprego.

Jovens em transição entre a escola e o trabalho (países selecionados)

| | Empregados insatisfeitos | Estudantes a trabalhar | Desempregados sem estudar | à espera de um emprego |
|----------|--------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|
| Austria | 1 | 66 | 19 | 13 |
| Malta | 1 | 67 | 23 | 8 |
| Irlanda | 2 | 60 | 29 | 9 |
| Grécia | 3 | 17 | 73 | 7 |
| França | 4 | 54 | 32 | 10 |
| Itália | 7 | 12 | 62 | 19 |
| Espanha | 8 | 33 | 53 | 6 |
| Portugal | 11 | 39 | 40 | 10 |

Fonte: ILOSTAT

Recentemente as organizações internacionais têm procurado explorar e antecipar as tendências que se desenham para o futuro do emprego com a expansão da economia digital e a 4ª revolução industrial (indústria 4.0.). Em particular, estas organizações procuram analisar a emergência de formas atípicas de emprego baseada na prestação de serviços através de tecnologias móveis. Contudo, é reconhecido que não existem dados que permitam explorar, com a profundidade necessária, as dinâmicas de emprego e contratação, em resultado da ausência de divulgação de dados sobre os trabalhadores por parte das empresas gestoras das plataformas (ILO, 2021:19). Mas pese embora a falta de dados, é amplamente reconhecido que nos últimos anos se aceleraram mudanças que já estavam em curso, tanto na sociedade como no trabalho e que incluem a utilização alargada de plataformas digitais e

² <https://ilostat.ilo.org/transition-from-school-to-work-remains-a-difficult-process-for-youth/>

inovações tecnológicas relacionadas como a computação, a utilização de *big data* e de algoritmos.

As inovações tecnológicas têm resultado na emergência de novas formas de trabalho, com maior flexibilidade tanto para os trabalhadores, como para as empresas. As modalidades de trabalho à distância adotadas geraram o aumento do comércio e serviços eletrônicos e de formas de trabalho freelance *online* e para muitos que perderam os seus empregos como resultado das medidas de contenção da pandemia covid-19, as plataformas de trabalho digitais ofereceram oportunidades de ganhar algum rendimento. Este novo modelo de negócio, contudo, permite às plataformas capitalizar o trabalho realizado sem investimento em bens de capital ou em mão-de-obra. Os trabalhadores em plataformas de trabalho digitais, por seu turno, lutam frequentemente para encontrar trabalho suficientemente remunerado para ganhar um rendimento decente, aumentando o risco de pobreza entre trabalhadores, o que se verificou, de acordo com o Eurostat, em 2020. O acesso à proteção social a partir destas novas relações de trabalho sem vínculo verifica-se muito limitado, assim como o acesso à negociação coletiva. Os desafios para um futuro sustentável para estes jovens prendem-se, assim, com a necessidade de rever, clarificar e adaptar a legislação de forma a assegurar uma proteção laboral eficaz e condições de trabalho adequadas (ILO, 2021).

Os Estudantes Inativos

Os estudantes inativos são um grupo de jovens que, à medida que o combate ao abandono escolar precoce começa a trazer os seus frutos e a extensão crescente das carreiras escolares se concretiza, tem vindo a aumentar. Contudo, apesar de estarem fora do mercado de trabalho, estes jovens são também fortemente afetados pelas dinâmicas económicas. Para os estudantes inativos, os episódios de contração da economia têm como efeito a redução da capacidade das famílias em suportar os custos com a educação. A crise económica e social que se instalou em Portugal, sobretudo a partir de 2011, por exemplo, resultou, no que se refere ao ensino superior, numa perda de 46.610 alunos entre 2011 e 2015, perda essa que nem o aumento do número de alunos abrangido por bolsas de estudo de 14,4% em 2012 para 17,% em 2014 conseguiu travar. Situação distinta parece identificar-se atualmente: após uma queda no número de alunos inscritos no ensino superior de 2016 para 2017, este valor tem vindo a aumentar, mesmo no contexto de redução dos apoios (bolsas de estudo) à frequência. Mas se as matrículas aumentaram, também aumentou o abandono e 13 mil estudantes abandonaram o ensino superior um ano depois de se terem inscrito em 2018. Assim, dos alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez em 2018/19 cerca de 8,6% não se encontravam

matriculados no ensino superior nacional em 2019/2020,³ pese embora o progresso no número de alunos inscritos.

Número de alunos no ensino superior (privado e público) de 2010 a 2020.

| Anos | Alunos (total) |
|-------------|-----------------------|
| 2010 | 383.627 |
| 2011 | 396.268 |
| 2012 | 390.273 |
| 2013 | 371.000 |
| 2014 | 362.200 |
| 2015 | 349.658 |
| 2016 | 356.399 |
| 2017 | 361.943 |
| 2018 | 372.753 |
| 2019 | 385.247 |
| 2020 | 396.909 |

Fonte: Pordata

Bolseiros do ensino superior em % do total de alunos matriculados no ensino superior

| Anos | Total |
|-------------|--------------|
| 2010 | 19,5 |
| 2011 | 17,1 |
| 2012 | 14,4 |
| 2013 | 15,9 |
| 2014 | 17,2 |
| 2015 | 19,9 |
| 2016 | 20,3 |
| 2017 | 20,6 |
| 2018 | 19,9 |
| 2019 | 18,8 |
| 2020 | 20 |

Fonte: Pordata

No que se refere à qualificação da sua população, Portugal tem feito enormes progressos na aproximação à média europeia e, se quando a análise recai sobre a população adulta ativa, ainda é possível identificar uma persistência das baixas qualificações no caso nacional, quando a comparação se detém nos jovens (25 aos 34 anos) existe já um maior número com o ensino superior completo do que a média europeia. O progresso evidente revela-se, contudo, recente e insuficiente para assegurar o cumprimento das metas de população com o ensino superior a nível Europeu para 2020.⁴

População (25-64 anos) por nível de escolaridade mais elevado atingido em 2020. Portugal e EU (27)

| 15-64 anos | Portugal | EU |
|-------------------|-----------------|-----------|
| | | |

³ <https://infocursos.mec.pt/>

⁴ A meta da EU foi estabelecida em 40% de pessoas entre os 30 e os 34 anos com qualificação de nível superior até 2020. Portugal tinha, em 2018, 33,5%, valor apenas inferior ao atingido pela Roménia e Itália. Em 2020 Portugal ficou muito perto de atingir a meta definida para a faixa etária, chegando aos 39,6%

| | | |
|---------------|------|------|
| Ensino básico | 44,5 | 25,1 |
| Secundário | 55,5 | 74,9 |
| Superior | 25,4 | 29 |

Fonte: Eurostat

Evolução da percentagem de jovens (25-34 anos) com ensino superior em Portugal e na europa (EU27)

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| EU (27) | 33,0 | 34,1 | 35,1 | 35,9 | 36,5 | 36,8 | 37,6 | 38,7 | 39,5 | 40,5 |
| Portugal | 27,5 | 29,0 | 30,0 | 31,4 | 33,1 | 35,0 | 34,0 | 35,1 | 37,4 | 41,9 |

Fonte: Eurostat

O progresso realizado e os dados mais recentes sustentam algum otimismo: estamos hoje perante a geração mais escolarizada de sempre e já muito próximo de uma pirâmide de qualificações que coloca a força de trabalho no mesmo nível de qualificação dos congéneres europeus. Porém, à medida que se expande o universo de população com qualificação superior, também aumentam as situações de desemprego, de sobre qualificação para a função e reduz-se o retorno da qualificação em rendimentos do trabalho, efeito que se agrava nas crises económicas: a crise mundial de 2007/08 (que atinge Portugal um pouco mais tarde) resultou numa perda global de 10p.p em retorno da qualificação superior entre trabalhadores dos 15 aos 49 anos (ILO, 2021). Torna-se fundamental garantir que as remunerações e condições de trabalho acompanham os esforços de qualificação da população, sob pena de gerar perda de confiança e de motivação para investimentos em educação.

Os trabalhadores estudantes/ estudantes desempregados

Embora não atingindo valores registados noutras geografias, muitos jovens acumulam o estatuto de estudante com o de trabalhador, tendência mais evidente entre os alunos do ensino superior. Também para estes jovens, as crise económicas geram consequências negativas. A crise da primeira década do séc. XXI, para além da redução do número de alunos no ensino superior, teve como efeito aumentar o número daqueles que combinavam o estudo com o trabalho e, em 2012/13, atinge 11% do total de alunos inscritos. A retoma da economia e do investimento público nos anos seguintes permitiu que mais alunos se dedicassem em exclusivo aos estudos e, começando em 2013/14 regista-se uma descida sustentada desta categoria, chegando aos 8,5% em 2016/17. A partir daí, o efeito combinado da subida do número de alunos no ensino superior (de 29.053 em 2016/17 para 31.913 em 2018/19) e da diversificação de percursos de ensino superior, resultado da expansão dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais⁵ (CTeSP) que, de 2015-2016 para 2017-2018, duplicou o número de

⁵ Criados com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016. Estes cursos, de caráter mais prático, destinam-se a alunos com o ensino secundário completo (geral ou profissional) que desejem complementar a sua formação e confere o diploma de técnico superior profissional.

alunos⁶ e de 2019/2020 para 2020/2021 cresceu mais 21%, faz de novo aumentar o número de alunos que combina estudos superiores com atividade laboral: de acordo com os dados da DGEEC em 2020/2021, o número de trabalhadores estudantes aumentou pela primeira vez desde 2014. Para muitos estudantes o exercício de atividade profissional remunerada é condição para o prosseguimento de estudos, já que para os alunos deslocados, o valor das bolsas de estudo revela-se, frequentemente, insuficiente, estabelecendo-se uma relação entre o aumento do desemprego nos jovens e o aumento do abandono escolar (Barrias, 2019).

Jovens Nem em Emprego, Educação ou Formação (NEEF)

Uma quarta condição juvenil face à educação e ao trabalho tem captado a atenção dos investigadores que se dedicam ao estudo da juventude. São os chamados ‘nem-nem’, os que não se encontram a estudar ou a trabalhar e que receberam o acrónimo de NEEF⁷ nas comparações internacionais que se tornaram, desde 2010, muito frequentes⁸. Este grupo inclui jovens em situações diversas do ponto de vista da idade⁹ e das qualificações possuídas, incluindo desde jovens que não terminaram a escolaridade obrigatória até aos que já concluíram graus avançados de educação superior. Em comum, o facto de se encontrarem excluídos do emprego e de atividades educativas e formativas.

Na crise de 2011 foi este segmento dos jovens que mais cresceu. Portugal, tradicionalmente possuindo valores de NEEF bastante abaixo da média europeia – facto que habitualmente surge associado a níveis de proteção social mais reduzidos e maior disponibilidade de postos de trabalho menos qualificados – vê aumentar sistematicamente o número de jovens nessa situação a partir de 2010 e apenas a partir de 2014 retoma a tendência de quebra e volta a valores ao nível dos registados em 2010, cerca de 13%.

Ainda que a posse de baixas qualificações persista sendo o principal obstáculo ao emprego, uma parte substancial dos que, em 2011, se viram na situação de NEEF tinham um nível de escolaridade relativamente elevado, revelando problemas estruturais que dificultam a transição da educação para o mercado de trabalho. Uma análise dos dados de jovens NEEF realizada em 2014 (Torres & Lima, 2014) sobre o período entre 2005 e 2013 verificou que, entre os jovens adultos (25 aos 34 anos) a taxa de transição anual do emprego para NEEF era de 7,2% e a taxa de transição da escola para NEEF era de 13,8%. Em sentido contrário, a taxa anual de saída da situação de NEEF total era de 46,7% transitando para o emprego 30,1%, e para a escola 11,8% (Torres & Lima, 2014). Face a 2008 a crise gerou, em 2013,

⁶ 6.430 para os 12.780 alunos.

⁷ Nem em Educação, Emprego ou Formação, em inglês “Neither in Employment, Education or Training” (NEET)

⁸ Os NEET foram explicitamente referidos pela primeira vez nos debates políticos europeus no âmbito da Estratégia Europa 2020. A faixa etária abrangida pelo termo era dos 15-24 anos, tendo sido posteriormente alargada para incluir os indivíduos com idades entre 15-29 anos.

⁹ Dependendo da origem dos dados, abrange jovens entre os 15 e os 24 ou os 34 anos.

um aumento da probabilidade de ser NEEF em toda as idades e de mais 4 p.p. para os jovens a partir dos 19 anos sobretudo em consequência das instáveis dinâmicas do mercado de trabalho e da falta de atratividade de investimentos em educação como solução para ultrapassar as dificuldades em obter estabilidade laboral.

Ainda que, em 2020, a percentagem de jovens em situação de NEEF em Portugal (11%) persista em valores inferiores à média europeia (13,6%), de 2019 para 2020 verifica-se um aumento de cerca de quase 2 p.p., sendo particularmente preocupante o facto da subida se verificar transversal aos vários níveis de qualificação. O potencial humano desperdiçado tem efeitos negativos tanto ao nível dos indicadores de educação, como económicos.

Jovens (15-29 anos) em situação de NEEF por grau de escolaridade máximo atingido

| Nível ensino/ ano | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Básico | 15,9 | 16,4 | 17,8 | 15,1 | 12,3 | 12,7 | 10,4 | 8,9 | 9,1 | 10,1 |
| Secundário | 11,7 | 14,8 | 15,1 | 14,2 | 14 | 12,9 | 10,7 | 10,1 | 9,2 | 11,5 |
| Superior | 12,7 | 16,5 | 15,3 | 13,9 | 13,8 | 12,8 | 9,9 | 9,8 | 9,6 | 10,7 |

Fonte: Eurostat

Temos hoje cerca de 181 mil jovens em situação de NEEF, jovens com vidas suspensas, que significa que não estão a adquirir experiência no mercado de trabalho formal ou com algum tipo de proteção social, nem a receber rendimentos do trabalho, nem a melhorar a sua educação e competências. Numa perspetiva informada das políticas públicas, esta tem de ser claramente uma prioridade.

2. Desafiar o futuro

As políticas de educação e de promoção do emprego tendem a ser reativas, isto é, procuram resolver os problemas quando estes já existem, seja criando soluções para jovens em situações de insucesso escolar, para os que já abandonaram a escola sem a concluir ou agindo quando a situação de desemprego se prolonga e a sua duração é já longa. Os desafios que agora se colocam implicam uma outra atitude, uma reflexão estratégica que antecipe obstáculos e que integre as aprendizagens que se retiram da experiência da última crise.

Nas dimensões da crise que se relacionam com a economia e com o emprego, os jovens revelaram-se, em 2011, particularmente vulneráveis. A reduzida ou inexistente experiência profissional, a posse de níveis de qualificação mais baixos ou incompletos (num contexto de escolaridade obrigatória até aos 18 anos, todos os que se situam abaixo dessa idade ou abandonaram os estudos sem o ensino secundário completo ou ainda não o completaram) são fatores que jogaram contra os próprios. Verifica-se ainda que, na atual situação, estão, de novo, mais expostos do que os restantes grupos etários pela concentração em atividades económicas de natureza sazonal, pela posse de relações contratuais mais instáveis, pela sobre representação entre os trabalhadores que possuem contratos a tempo

parcial ou de duração curta e definida. São, assim, mais afetados que os restantes grupos etários por ciclos de recessão.

A mais recente crise atingiu um mundo em plena “quarta revolução industrial”, uma fase que apresenta oportunidades, mas também riscos acrescidos para os jovens, aqueles que têm maior probabilidade de serem atingidos pelos rápidos processos de automação. São hoje já identificáveis reduções do número de postos de trabalho disponíveis no setor industrial em funções ocupadas por jovens, que arriscam assim um percurso profissional curto e precário, com riscos elevados de se tornarem NEEFs. Esta situação reflete a forma como as competências profissionais específicas conferidas pela formação profissional tendem atualmente a tornar-se obsoletas mais rapidamente do que as competências mais abrangentes de resolução de problemas ensinadas nas instituições de ensino superior (ILO, 2020). Mas, se é verdade que a obtenção de um grau académico se constitui como fator protetor do desemprego, verifica-se que a evolução do número de licenciados também não tem sido acompanhada por um similar crescimento do número de postos de trabalho altamente qualificados, situação que tem originado a queda sustentada dos retornos financeiros dos graus de escolaridade adicionais. Somente encorajar a frequência universitária não será a solução para o desemprego juvenil, sendo igualmente relevante garantir que os currículos universitários são de elevada qualidade, que incluem as competências digitais, que possuem uma abrangência promotora da adaptabilidade e que se intervenha também na procura – e proteção – do emprego de diplomados.

Programas como a “Garantia Jovem”, financiado e fortemente publicitado pela EU, com a sua orientação para o financiamento de estágios e de formação profissionalizante de curta duração não parecem ser suficientes para resolver de forma sustentável os problemas do emprego jovem e do futuro do emprego. Se não foi evidente em 2011, que seja agora reconhecido que é fundamental que os Estados garantam proteção dos mais jovens - nomeadamente a proteção dos trabalhadores da ‘economia gig’¹⁰ - que as políticas de proteção e promoção do emprego sejam ajustadas a mercados de trabalho mais dinâmicos, reduzindo prazos de garantia no acesso a apoios sociais, e que as organizações de trabalhadores sejam envolvidas na proteção aos jovens com diversos tipos de vínculos laborais, para que se organizem e negoceiem coletivamente, de forma a que os seus direitos sejam respeitados (ILO, 2021).

Bibliografia

¹⁰ Nos anos 90 designados por ‘ganchos’, ‘tachos’ e ‘biscates’ (Pais, 2001), esta é a nova designação para os empregos com reduzidos níveis ou sem proteção social do emprego, mas que, agora associados à digitalização, recebem esta designação mais atrativa.

Almeida, João Ramos (2017) “Novo emprego. Que emprego?”. Barómetro das Crises, Nº 16. Observatório sobre Crises e Alternativas. CES Lisboa.

Torres, Sónia e Francisco Lima (2014) Dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) em Portugal in Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2014.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=222612776&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt

Barrias, Pedro (2019), “A ação social no ensino superior.” *Convenção Nacional Ensino Superior 20/30* - 7 de janeiro de 2019. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Pais, José Machado (2001) *Ganchos, tachos e biscates : jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar

International Labour Organization (2020) *Global Employment Trends for Youth 2020 - Technology and the future of jobs*. International Labour Office – Geneva

http://www.ilo.org/empelm/what/pubs/lang--en/docName/WCMS_112573/index.htm%5Cnhttp://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/---trends/documents/publication/wcms_112573.pdf

Vieira, Maria Manuel; Ferreira, Vítor Sérgio; Rowland, Jussara (2015), «Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011», *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 54, pp. 5-25.

Fondeville Nicole & Ward Terry. (2014). *Scarring effects of the crisis. Monitor da Situação Social*. Nota de investigação 06/2014, Comissão Europeia. file:///C:/Users/alvar/Downloads/SSM_RN6_Scarring%20effects%20of%20the%20crisis_final.pdf

Rosholm, Michael & Svarer, Michael (eds.) (2014) Consequences of youth unemployment and effectiveness of policy interventions. *Nordic Economic Policy Review*, 2014 no 1. Nordom. <https://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:755221/FULLTEXT01.pdf>

Tavares, Inês, Ana Filipa Cândido & Renato Miguel do Carmo (2021). *Desemprego e Precariedade Laboral na População Jovem: Tendências Recentes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE. <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2021/07/15/desempregoe-precariedade-laboral-na-populacao-jovem-tendencias-recentes-em-portugal-e-na-europade-ines-tavares-ana-filipa-candido-e-renato-miguel-do-carmo/>

Deloitte (2021) *The Deloitte Global 2021 Millennial and Gen Z survey: a call for accountability and action*. <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/2021-deloitte-global-millennial-survey-report.pdf>

ILO (2021) *World Employment and Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work*. Geneva: International Labour Office